

2015



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO/BAGÉ - RS

XVI CONCURSO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO
CURSO DE DIREITO

Nº. DE INSCRIÇÃO: _____

CANDIDATO (A): _____

RG Nº: _____

LEIA COM ATENÇÃO:

A duração da prova objetiva será de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos;

Não serão permitidos quaisquer materiais de consulta, nem a comunicação entre candidatos. Celulares deverão permanecer desligados. O descumprimento de qualquer das exigências acima acarretará a exclusão do candidato do processo seletivo;

Não será admitida a utilização de corretivo ortográfico nas respostas à prova objetiva;

Deverão ser devolvidas ao fiscal de sala a folha de resposta e os cadernos de questões da prova;

O candidato deverá colocar o número de inscrição nas folhas de todas as questões;

Só será permitida a saída do candidato após transcorrido o período mínimo de 1 (uma) hora;

O candidato deverá, ainda, atender às demais condições dispostas no Edital de Seleção.



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé - RS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Considere as seguintes afirmações sobre os princípios fundamentais da Constituição da República:

I. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

II. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente, nos termos da Constituição.

III. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.

2) Analise as assertivas:

I – Somente o STF (Supremo Tribunal Federal) está juridicamente autorizado a interpretar a Constituição.

II – Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, entretanto, exige-se prévio aviso à autoridade competente.

III – O direito fundamental à vida, por ser mais importante que os outros direitos fundamentais, tem caráter absoluto, não se admitindo qualquer restrição.

Estão erradas:

- a) Todas as assertivas
- b) Somente a assertiva I
- c) Somente as assertivas I e III
- d) Somente as assertivas II e III

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

CANDIDATO (A): _____

RG Nº: _____



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé -
RS

DIREITO ADMINISTRATIVO

3) (Cespe – Juiz de Direito Substituto TJDF- 2015 – adaptada)

No direito administrativo, as assertivas abaixo correspondem, respectivamente, a quais princípios:

I – A administração pública não pode atuar com objetivo de prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, nem os seus atos devem ser imputados aos funcionários que os praticam, mas ao órgão da administração pública;

II – A administração deve agir de modo célere, com o melhor desempenho possível de suas atribuições, visando obter os melhores resultados.

- a) Princípio da impessoalidade e princípio da eficiência;
- b) Princípio da supremacia do interesse público sobre o individual e princípio da proporcionalidade;
- c) Princípio da legalidade e princípio da eficiência;
- d) Princípio da moralidade e princípio da isonomia.

4) São elementos do ato administrativo:

- a) Presunção de legalidade, economicidade, eficiência e motivação;
- b) Competência, forma e vinculação;
- c) Presunção de legitimidade e impessoalidade;
- d) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

DIREITO PENAL

5) Para salvar sua vida, Franciel mata um cão feroz que, por instinto, o atacava. Neste caso, Franciel agiu acobertado pela seguinte excludente da ilicitude:

- a) Legítima defesa;
- b) Estado de necessidade;
- c) Inexigibilidade de conduta diversa;
- d) Estrito cumprimento do dever legal.



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé - RS

6) Jean subtraiu bem móvel pertencente à Administração pública, valendo-se da facilidade propiciada pela condição de funcionário público. Jean responderá pelo crime de peculato e não pelo delito de furto em decorrência do princípio da:

- a) Progressão criminosa;
- b) Consunção;
- c) Subsidiaridade;
- d) Especialidade

DIREITO PROCESSUAL PENAL

7) (FCC – TRE/RN – 2015 – adaptado)

Considere a situação de quem:

I. É perseguido, logo após, pelo ofendido, em situação que faça presumir ser autor da infração penal.

II. É encontrado, logo depois, com objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração penal.

III. É surpreendido num bloqueio policial, de posse de objetos e instrumentos que façam presumir ser ele autor de infração penal praticada há dois dias.

Podem(m) ser preso(os) em flagrante quem se encontrar na(s) situação(ções) indicada(s) APENAS em:

- a) I, II e III;
- b) II e III;
- c) I e II;
- d) Apenas I.

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

CANDIDATO (A): _____

RG Nº: _____



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé -
RS

8) (FCC – TJSC – Juiz de Direito – 2015 – adaptado)

Após a condenação em primeira instância por um crime de competência federal, o réu de uma ação penal é diplomado como deputado federal. Posteriormente, quanto ao julgamento de sua apelação, interposta antes da diplomação, deverá ser julgada:

- a) Pelo Tribunal Regional Federal, se já estiver devidamente instruída com razões e contrarrazões;
- b) Normalmente pelo juiz federal da causa, em respeito ao princípio do juiz natural;
- c) Pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) Pelo Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO CIVIL

9) (FGV – Técnico de DPE-RO – 2015)

Com o advento de uma lei nova que regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, é correto afirmar que:

- a) A lei nova não tem valor;
- b) A lei nova revoga a lei anterior;
- c) A lei nova coexistirá com a anterior, devendo o juiz escolher qual lei haverá de aplicar;
- d) A lei anterior prevalecerá por um ano, momento a partir do qual a lei nova passará a vigorar.

10) Sobre o CDC, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, mesmo se identificado o produtor.
- b) Os serviços públicos não estão abrangidos pelo CDC, pois são regulados por leis específicas.
- c) Consumidor é apenas a pessoa física que adquire produto ou utiliza serviço como destinatário final.
- d) A culpa exclusiva do consumidor isenta o fornecedor da responsabilidade pelos danos causados pelo produto ou serviço.



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé - RS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11) A respeito da antecipação de tutela, é correto afirmar que:

- a) Se não for deferida no curso do processo, não poderá haver concessão apenas na sentença.
- b) Uma vez requerida na petição inicial, a título de antecipação de tutela, providência de natureza cautelar, deverá o juiz indeferi-la diante da inadequação do pedido.
- c) Se o Tribunal de Justiça cassar decisão que antecipa a tutela por entender inverossímil a alegação do autor, não mais poderá o juiz de primeira instância conceder na sentença essa mesma tutela.
- d) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

12) (FCC – Procurador Autárquico – 2015 – adaptado)

Afirma a lei processual civil que, feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido, ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei. Essa regra consagra qual princípio:

- a) Princípio da inércia da jurisdição;
- b) Princípio da estabilidade do processo;
- c) Princípio do impulso oficial;
- d) Princípio da adstrição ou congruência.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

13) Jandiro, aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, faleceu em decorrência de um infarto agudo do miocárdio. Após quarenta dias de seu falecimento, sua filha, Carmela, solicitou o benefício previdenciário da pensão por morte. Neste caso, o benefício será devido

- a) Na proporção de 91% do valor da aposentadoria que o segurado recebia.
- b) A partir da data do óbito, tendo em vista que foi requerido dentro do prazo legal de 60 dias do falecimento.
- c) A partir da data do requerimento.
- d) A partir da data do óbito, tendo em vista que foi requerido dentro do prazo legal de 120 dias do falecimento.

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

CANDIDATO (A): _____

RG Nº: _____



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé -
RS

14) No Regime Geral de Previdência Social, a aposentadoria por idade será devida ao segurado que preencher os seguintes requisitos em relação à carência e à idade:

- a) 30 contribuições anuais, 65 anos se homem, 60 anos se mulher para os urbanos.
- b) 180 contribuições mensais, 65 anos se homem, 60 anos se mulher para os urbanos.
- c) 120 contribuições mensais, 55 anos se homem, 50 anos se mulher para os rurais.
- d) 180 contribuições mensais, 60 anos se homem, 55 anos se mulher para os urbanos.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

15) Entre os objetivos e fundamentos de atuação da Defensoria Pública, previstos na legislação federal, encontra-se:

- a) A primazia da dignidade da pessoa humana;
- b) A garantia do desenvolvimento nacional;
- c) A afirmação dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- d) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.

16) Aos membros da Defensoria Pública da União é vedado:

- a) Exercer a advocacia fora das atribuições institucionais;
- b) Deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio;
- c) Sentar-se no mesmo plano do Ministério Público;
- d) Exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos de qualquer gênero.



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé - RS

QUESTÕES DISCURSIVAS

A correção da prova discursiva levará em conta os seguintes critérios: conhecimento jurídico (1 ponto); argumentação jurídica (0,6 pontos) e ortografia e gramática (0,4 pontos), totalizando 2 (dois) pontos por questão.

Será **desclassificado** o candidato que redigir **menos do que 15 linhas** e **desconsiderado** para efeito de correção o que **ultrapassar as 40 linhas**.

QUESTÃO 1 - DIREITO PENAL

Disserte sobre uma das opções abaixo (escolher uma e dissertar a respeito):

- a) Excludentes de ilicitude e/ou de culpabilidade;
- b) Legítima defesa e/ou estado de necessidade;
- c) Elementos do conceito analítico de crime.

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

Nº. DE INSCRIÇÃO: _____

CANDIDATO (A): _____

RG Nº: _____



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé - RS

- 25 _____
- 26 _____
- 27 _____
- 28 _____
- 29 _____
- 30 _____
- 31 _____
- 32 _____
- 33 _____
- 34 _____
- 35 _____
- 36 _____
- 37 _____
- 38 _____
- 39 _____
- 40 _____

QUESTÃO 2 - DIREITO ADMINISTRATIVO/PREVIDENCIÁRIO

Disserte sobre uma das opções abaixo (escolher uma e dissertar a respeito):

- a) Princípios da Administração Pública;
- b) Direito do Consumidor;
- c) Benefício Assistencial de Prestação Continuada (LOAS)

- 01 _____
- 02 _____
- 03 _____
- 04 _____
- 05 _____
- 06 _____
- 07 _____
- 08 _____
- 09 _____
- 10 _____
- 11 _____
- 12 _____
- 13 _____
- 14 _____



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé - RS

- 14 _____
- 15 _____
- 16 _____
- 17 _____
- 18 _____
- 19 _____
- 20 _____
- 21 _____
- 22 _____
- 23 _____
- 24 _____
- 25 _____
- 26 _____
- 27 _____
- 28 _____
- 29 _____
- 30 _____
- 31 _____
- 32 _____
- 33 _____
- 34 _____
- 35 _____
- 36 _____
- 37 _____
- 38 _____
- 39 _____
- 40 _____



Defensoria Pública da União
Defensoria Pública da União/Bagé - RS

Nº. DE INSCRIÇÃO: _____

CANDIDATO (A): _____

RG Nº: _____

Folha Resposta das questões:

01- A B C D

02 - A B C D

03 - A B C D

04 - A B C D

05 - A B C D

06 - A B C D

07 - A B C D

08 - A B C D

09 - A B C D

10 - A B C D

11 - A B C D

12 - A B C D

13 - A B C D

14 - A B C D

15 - A B C D

16 - A B C D